



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Maria de Fátima G. M. Tálamo

Ensaio APB, n. 45

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Maria de Fátima G. M. Tálamo

Ensaio APB, n. 45

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Maria de Fátima G. M. Tálamo

Ensaio APB, n. 45

**São Paulo
Agosto
1997**

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

- MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994. (Ensaio APB, 1)
- MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994. (Ensaio APB, 2)
- TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infante-Juvenil. 1994. (Ensaio APB, 3)
- MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994. (Ensaio APB, 4)
- OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994. (Ensaio APB, 5)
- BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994. (Ensaio APB, 6)
- DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994. (Ensaio APB, 7)
- FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994. (Ensaio APB, 8)
- LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994. (Ensaio APB, 9)
- SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994. (Ensaio APB, 10)
- TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994. (Ensaio APB, 11)
- RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994. (Ensaio APB, 12)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994. (Ensaio APB, 13)
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 1995. (Ensaio APB, 14)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 1995. (Ensaio APB, 15)
- VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 1995. (Ensaio APB, 16)
- CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibioporã - PR. Abr. 1995. (Ensaio APB, 17)
- LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 1995. (Ensaio APB, 18)
- MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 1995. (Ensaio APB, 19)
- CORTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 1995. (Ensaio APB, 20)
- FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 1995. (Ensaio APB, 21)
- FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 1995. (Ensaio APB, 22)
- SMIT, Johanna. Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas. Out. 1995. (Ensaio APB, 23)
- SILVA, Antonio Manoel dos Santos, ALMEIDA, Glaucia Maria Oliveira Barbosa de, BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O Plano de Gestão da Qualidade e sua implantação na rede de bibliotecas da UNESP: relato de uma experiência. Nov. 1995. (Ensaio APB, 24)
- VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Gestão da Qualidade e Bibliotecas Públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras. Dez. 1995. (Ensaio APB, 25)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte I. Degradação dos materiais. Jan. 1996. (Ensaio APB, 26)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte II. Um modelo de programa local. Fev. 1996. (Ensaio APB, 27)
- SOUZA, Marta Alves de. Internet: a rede global. Mar. 1996. (Ensaio APB, 28)
- MODESTO, Fernando. Combate ao vírus de computador na biblioteca. Abr. 1996. (Ensaio APB, 29)
- BARTALO, Linete et al. A importância da leitura na formação do professor. Maio. 1996. (Ensaio APB, 30)
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Sociedade de informação: espaço da palavra onde o silêncio mora? Jun. 1996. (Ensaio APB, 31)
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Legislação profissional do bibliotecário. Jul. 1996. (Ensaio APB, 32)
- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Abordagem qualitativa de pesquisa em biblioteconomia: uma introdução. Ago. 1996. (Ensaio APB, 33)
- MARCHIORI, Patrícia Zeni. Eram os deuses astronautas? ou São os bibliotecários, profissionais da informação? Set. 1996. (Ensaio APB, 34)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 1. Out. 1996. (Ensaio APB, 35)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 2. Nov. 1996. (Ensaio APB, 36)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Roubo, depredação de materiais e campanhas educativas em bibliotecas: proposta de um modelo de avaliação. Dez. 1996. (Ensaio APB, 37)
- SOUZA, Francisco das Chagas de. O bibliotecário brasileiro e seu humanismo. Jan. 1997. (Ensaio APB, 38)
- LIMA, Justino Alves. Mobilização para uma política de conservação e manutenção de acervos contra o agente biológico humano. Fev. 1997. (Ensaio APB, 39)
- SMIT, Johanna W., MACAMBYRA, Marina M. Tratamento de multimídia. Mar. 1997. (Ensaio APB, 40)
- SANTOS, Jussara Pereira. O ensino de biblioteconomia no Mercosul: propostas de integração e harmonização curricular. Abr. 1997. (Ensaio APB, 41)
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesouros monolíngues com o programa TECER: considerações sobre o uso. Maio 1997. (Ensaio APB, 42)
- BARRETO, Angela Maria. Conversas com quem gosta de informar. Jun. 1997. (Ensaio APB, 43)
- LIMA, Justino Alves. As entidades da biblioteconomia: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política. Jul. 1997. (Ensaio APB, 44)
- TALAMO, Maria de Fátima G. M. Linguagem documentária. Ago. 1997. (Ensaio APB, 45)
- MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: alguns comentários. Set. 1997. (Ensaio APB, 46)
- RECINE, Analúcia Viviani dos Santos. Análise de partituras. Out. 1997. (Ensaio APB, 47)
- TOMAEL, Maria Inês. Informação e globalização: reflexos de uma nova era. Nov. 1997. (Ensaio APB, 48)

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Maria de Fátima G. M. Tálamo (*)

Introdução

A linguagem, enquanto fenômeno geral, pressupõe a capacidade de traduzir em significados os elementos da vida. Com a escrita, especificamente, essa capacidade encontra-se potencializada, pois, a partir dela o pensamento abstrato se desenvolve descontextualizado do mundo imediato. Nesse sentido, a mensagem escrita impõe uma mudança radical face aos processos de comunicação vinculados à tradição oral. Não se encontra na dependência direta de quem propõe a mensagem nem da de quem a recebe. À mensagem escrita, portanto, agregam-se duas características importantes relacionadas à neutralização do tempo e do espaço: disponibilidade e permanência.

A escrita, nesse sentido, não pode ser considerada um fato natural. Surge, de fato, como resposta à complexidade crescente a que se submeteu a vida social, o que redundou na necessidade de se ter acesso às informações pretéritas ou provenientes de outros espaços. Desse modo, com o advento da escrita, a sociedade não só passa de algum modo a promover uma distribuição de seus membros segundo a possibilidade ou não de terem acesso à informação de forma indireta mas também toma a si a tarefa de organizar para transferir ou não o conhecimento que se encontra registrado, decidindo assim sobre a função que o mesmo irá ter. Pode-se entender melhor, por essa via, o motivo pelo qual ler e escrever fossem consideradas, por muito tempo, atividades de extrema importância, chegando inclusive a conferir poder àqueles que as dominavam. Genericamente, esse poder associou-se fortemente à característica de permanência, própria da escrita, acabando por introduzir a idéia de preservação que neutralizou de certo modo a

* Professora Doutora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP

disponibilidade a que deveria responder a mensagem, característica igualmente intrínseca da escrita.

Desse ponto de vista, ao longo do tempo, a prioridade da preservação, embora tivesse contribuído para introduzir o fenômeno do monopólio do conhecimento que nega a seu modo o processo de circulação da mensagem que viria a reboque da disponibilidade introduzida pela escrita, não anulou de fato a institucionalização dessa última.

A criação das grandes bibliotecas, como a de Alexandria e posteriormente a de Serápio, ao mesmo tempo que evidenciava a importância da preservação, promovia a idéia, ainda que embrionária, de transmissão e circulação da informação. Tal idéia baseia-se no fato de que, nessa época, os bibliotecários desenvolviam funções de gramáticos, corrigiam e comentavam os textos, além de catalogá-los. De um certo modo tratavam os documentos de modo a identificá-los segundo rubricas variadas, uma das etapas pressupostas para a circulação. Ao lado, portanto, da tarefa fundamental de preservar o documento escrito, as bibliotecas "facilitavam" o acesso ao conteúdo dos mesmos, submetendo-os a determinadas operações, que sinalizavam a importância de intermediações necessárias para a circulação do conhecimento registrado. Institucionalizam-se, assim, as tarefas de tratar e disseminar a informação, impondo-se conseqüentemente a necessidade de criação de meios objetivos para que as mesmas se desenvolvam a contento.

Na perspectiva adotada, a criação de semelhantes meios supõe necessariamente o reconhecimento de que a tarefa de tratar, preservar e transmitir informação não prescinde do universo da linguagem. A obviedade dessa afirmação não implica, no entanto, que a atividade documentária tenha se desenvolvido, durante todo o tempo que nos separa das primeiras bibliotecas, através da consciência clara de que o conhecimento sistematizado sobre a linguagem se apresentasse como ferramenta de trabalho. A própria terminologia da área dá conta desse fato. O termo linguagem documentária só aparece explicitamente na literatura a partir dos anos 70, após a difusão do conceito de tesouro documentário. Com ele evidencia-se que a informação tem a sua existência atrelada aos sistemas de significação e que a operação nesse universo é necessária para sua identificação, análise, tratamento e disseminação.

Até o advento do conceito de tesouro documentário a tarefa de tratar a informação encontrava-se majoritariamente limitada à organização do conhecimento registrado segundo a classe de assunto a ele atribuída, respondendo apenas aos objetivos de padronização. As dificuldades decorrentes desse fato podem ser observadas, por exemplo,

na ausência no campo da Documentação de conceitos relativos aos problemas de interação efetiva do sistema de informação com o seu público.

De fato, problemas relativos à comunicação passam a integrar o quadro de discussões da área no momento em que se torna clara a importância da noção de linguagem. Evidencia-se que operar com o universo da linguagem não se confunde com a verbalização de denominações de classes pré-determinadas. Mais uma vez, o recurso à terminologia da área exemplifica suficientemente esse aspecto: a utilização do termo lista indica um instrumento de tratamento que se resume a uma sucessão de palavras, à uma forma de verbalização distante da noção de arranjo característica de uma linguagem. Já através dos termos, vocabulário, linguagem documentária e tesouro, reconhece-se a existência de um sistema que é simultaneamente um modo de organização e uma forma de comunicação da informação. A coexistência dos mesmos e as vezes até o uso impreciso a que estão submetidos permitem afirmar, com certo grau de certeza, que os processos documentários se desenvolveram na tensão entre a padronização da informação e a possibilidade de inseri-la em sistemas comunicativos mais potentes. Dito de outro modo, a opção pela padronização não encobriu de maneira efetiva aquela que seria a índole natural do processo documentário de tratamento - tornar institucionalmente disponível a informação para circular e ser transferida.

Esse quadro se torna compreensível através da análise do conjunto de conceitos utilizados para operar com o universo da linguagem. É o que será feito a seguir.

A Lingüística

O desenvolvimento do estudo científico da linguagem humana inicia-se no século passado com a Lingüística Histórica que discutia, através do método comparativo, a idéia de transformação da língua a partir de duas suposições: uma, interna, que a relaciona a uma necessidade do próprio sistema e outra, externa, que a toma como conseqüência de uma atitude dos falantes. Esse paradigma lingüístico inicial, conhecido também pela proposição da tese do declínio das línguas -- que vincula à degradação da língua o fato de a mesma estar submetida a uma visão utilitarista (a comunicação) --evidencia que a Lingüística não se apresentava como uma disciplina de caráter normativo mas sim científica, já que suas análises e estudos procediam por métodos rigorosamente estabelecidos.

Essa é uma característica amplamente reconhecida da disciplina, que a levou a ser utilizada como modelo de cientificidade no âmbito das ciências humanas e sociais, e expressa-se claramente no estruturalismo lingüístico, o qual questiona a tese da degradação das línguas partindo do princípio de que a língua é fundamentalmente, e não por acidente, um instrumento de comunicação, um modo de vida social. Rompe-se, desse modo, definitivamente, com a idéia de que a língua associa-se diretamente a algo que existiria fora dela. Esse princípio baseia-se na tese do arbitrário lingüístico que pode ser assim proposto pela questão: seria a língua uma realidade irreduzível a qualquer realidade extra-lingüística ou, ao contrário, ela pode ser explicada pela ordem natural das coisas, segundo uma relação direta entre as palavras e as coisas ou o pensamento?

Opondo-se à idéia de motivação, que propõe que ao imitar as coisas a palavra cumpre a função de instruir sobre as primeiras -- quem conhece as palavras conhece as coisas --, a tese do arbitrário confere à linguagem autonomia, relacionada não só ao seu caráter convencional mas também estrutural. Nesse sentido, as unidades de uma linguagem não encontram seu fundamento na realidade extra-lingüística, o qual só pode ser explicado a partir da organização interna -- o sistema ou a estrutura -- da língua. Nenhuma unidade da língua tem, portanto, assegurada explicação efetiva na sua relação com o que está fora dela ou observada em si mesma.

Esse aspecto estrutural da linguagem é o que apresenta dificuldade para a operacionalização do próprio conceito no âmbito da Documentação. Esta última, provavelmente por se atribuir objetivos eminentemente empíricos não se dá o direito de desenvolver reflexões teóricas acerca de seus procedimentos, objeto e fins, contentando-se com apropriações superficiais que se esgotam rapidamente, e que por isso não propiciam a criação de um quadro teórico consistente para a área. Isso explica, em grande parte, o motivo pelo qual ainda hoje associa-se o significado da linguagem documentária com algo que está fora dela, por exemplo, a área de conhecimento da qual participa, a matéria prima ou o conhecimento a ser tratada. Imagina-se que ao agrupar uma série de palavras típicas de uma área de conhecimento garante-se forte credibilidade desse conjunto de palavras, tornando-o representativo. Ora, é somente a rede de relações das unidades de uma linguagem que pode contribuir para o exercício de qualquer representação. Disso decorre, que a compreensão do caráter sistêmico da linguagem só será completa na presença das definições dos conceitos metodológicos.

Conceitos metodológicos

a) Entende-se por Signo uma unidade dupla: é simultaneamente presença -- é perceptível -- e ausência. Denomina-se significante a parte sensível do signo e significado a ausente. A relação entre ambos designa-se significação.

O signo é sempre institucional, no sentido de que existe apenas para um grupo definido de utilizadores. Um signo não pode existir ao largo da sociedade, por mais reduzida que ela seja. Embora, para nós falantes, a significação se apresente invariavelmente como algo natural e, não raro universal, é sempre necessário interrogar, no decorrer do procedimento científico, quer seja de análise quer seja de construção de uma linguagem, o que se encontra instituído. A fumaça, por exemplo, é signo do fogo porque uma comunidade assim o instituiu. Do contrário, a fumaça se apresenta exclusivamente como uma consequência do fogo.

Do que foi dito decorre que a significação é algo imotivado: uma seqüência gráfica ou sonora (significante) não pode ser considerada semelhante a um sentido (significado). O princípio da arbitrariedade recobre, portanto, as características decorrentes do fato de o signo ser institucional e imotivado.

Como foi visto anteriormente, o significado representa a parte ausente do objeto perceptível (o significante). Embora passível de distinção, essas duas unidades não gozam de autonomia. De fato, entre elas, impõe-se uma relação de solidariedade: não se pode pensar um significado sem significante e vice-versa. Isto é, na ausência de um significado, um significante é simplesmente um objeto (uma coisa qualquer); é, mas não significa. Do mesmo modo, um significado sem significante é impensável, portanto, inexistente.

Tem-se, então, que, dada a solidariedade entre significante e significado, a significação é sempre algo que deve ser observado a partir do sistema no qual é gerada. A significação não pode ser concebida como algo que existe de modo independente e a cada momento é capturada por alguma forma. Ao contrário, ela nunca se define como a associação de um nome a uma coisa. A função referencial -- ou denotação -- existente entre o signo e o referente (objeto real) é a menos freqüente no exercício da linguagem. Normalmente falamos das coisas na ausência das mesmas, sendo inclusive bastante difícil estabelecer o referente da maioria dos signos. A significação não se confunde, portanto, com o referente.

A significação também não se confunde com a representação, entendida como o aparecimento de uma imagem mental naqueles que utilizam os signos. O que ocorre é o seguinte: por força da significação instituída por um sistema de signos, uma espécie de analogia passa a ser estabelecida entre o sistema e aquilo a que se refere. Nesse sentido, quando se afirma que a linguagem representa algo, afirma-se que, por força da significação, ela se propõe no lugar de algo, o substitui.

A afirmação corrente de que a linguagem documentária representa a informação deve, então, ser entendida como uma consequência das relações que foram instituídas entre as unidades lingüísticas no interior dessa mesma linguagem e não como decorrência da mera presença dessas mesmas unidades. Exemplificando, uma lista de palavras cuja organização se resume à ordenação alfabética de seus elementos nada representa -- no sentido que demos acima ao termo -- porque nada significa. Podemos sim interpretá-la, mas ao fazê-lo, recorreremos a algum sistema de significação, o que equivale a dizer que tal lista poderá ter tantos significados quando forem os sistemas considerados, segundo os utilizadores envolvidos.

b) Sintagma e paradigma. O signo, pelo fato de pertencer a um sistema, adquire dimensões que não podem ser observadas a partir de situações de isolamento. De um lado, o signo mantém relações paradigmáticas com outros signos -- relações de diferença, semelhança, inclusão, exclusão, implicação, pressuposição., etc. De outro, numa frase (cadeia), um signo pode combinar com alguns signos e não com outros. Essa relação, dita sintagmática, permite ao signo combinar com outros signos e integrar o discurso.

Entende-se por paradigma o conjunto de signos que mantêm entre si uma relação virtual de substitualidade. A presença de um signo, por exemplo, num enunciado, exclui a realização concomitante dos outros signos que com ele mantêm relações paradigmáticas. Tidas genericamente como relações associativas, as relações paradigmáticas respondem pela formulação de classes de signos de naturezas as mais diversas. Exemplificando: *Educação* está do ponto de vista do seu radical em relação paradigmática com *educar*, do ponto de vista do seu sufixo com *formação*, do ponto de vista semântico com *instrução*, *ensino*, *aprendizagem*.

De um modo geral, em um enunciado de língua, cada signo tem parte da significação determinada pela classe de signos da qual participa. O paradigma de um signo estabelece as relações *in absentia* entre as unidades, uma vez que a classe, embora delimite a significação de seus elementos, não se encontra materialmente dada. No plano lógico, o

paradigma está próximo da noção de categoria. De fato, uma categoria não se reduz a um conjunto de elementos. Supõe necessariamente uma organização interna decorrente das relações estruturais estabelecidas entre seus elementos a partir de propriedades propostas previamente. Um mesmo conjunto de termos pode participar de diferentes categorias, segundo as propriedades selecionadas. A partir da propriedade *animal* gato e galo mantêm uma relação que não permanece com a adição de outra propriedade -- por exemplo, *com penas* -- à anterior.

Por sintagma entende-se toda combinação da cadeia linear. A relação sintagmática responde pela combinação dos signos efetivamente presentes numa cadeia verbal, falada ou escrita. Descrever um sintagma equivale a estabelecer quais as unidades que o constituem e qual a ordem em que sucedem, isto é, o que segue e o que precede cada uma das unidades constitutivas. A relação sintagmática é uma relação de coexistência, que se dá *in praesentia*. Ao lado da classe paradigmática, a combinação das unidades também responde pela significação.

c) Forma de expressão e Forma de conteúdo. Levando às últimas conseqüências os conceitos saussurianos de signo, sintagma e paradigma, somos obrigados a admitir que a língua é essencialmente forma, qualquer que seja o plano -- significante ou significado -- adotado. Esse é o ponto de vista hjmesleviano afirmado nas proposições: a língua não é substância mas forma; toda língua é ao mesmo tempo expressão e conteúdo.

Um modo prático de entender tais afirmações consiste em observar qual é a diferença entre duas línguas no transcorrer do processo de tradução. A diferença, do ponto de vista semântico, não reside exatamente na significação que propõem, já que a mesma pode ser traduzida de uma língua para outra. A diferença consiste, de fato, na forma em que a significação se apresenta em cada uma das línguas. A expressão das várias nuances que acompanham um único signo em uma língua pode exigir a intervenção de vários outros numa outra língua. Por exemplo, *fleuve*, em francês, expressa de uma só vez a significação que em português envolve a expressão *rio que deságua no mar*. Isso demonstra que cada língua introduz uma decupagem própria tanto na substância fônica -- o que é imediatamente perceptível - quanto na substância semântica, cujo resultado é a forma da língua.

Através de sucessivas comparações entre línguas, pode-se extrair o que existe em comum entre elas, abstraindo-se o princípio universal de estrutura que responde pela forma individual e específica de cada língua significar. O fator comum -- denominado

sentido -- nas cadeias *jeg véd det ikke* (dinamarquês), *en tiedä* (finlandês) e *eu não sei* pode ser considerado como o “mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente como uma massa amorfa, uma grandeza não analisada, definida apenas por suas funções externas, isto é, por sua função contraída com cada uma das proposições citadas ... o sentido deve ser analisado de um modo particular em cada uma dessas línguas ... o sentido é ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas” (Hjelmslev, 1975: 56).

Observa-se que o sentido *não-formado* extraído das cadeias acima citadas assume formas diferentes em cada língua. “Cada uma dessas línguas estabelece suas fronteiras na ‘massa amorfa do pensamento’ ao enfatizar valores diferentes numa ordem diferente, coloca o centro de gravidade diferentemente e dá aos centros de gravidade um destaque diferente” (Hjelmslev 1975: 57). A relação que a forma do conteúdo mantém com o sentido - ou substância do conteúdo - é arbitrária, do mesmo modo que o é aquela que a forma da expressão mantém com a substância fônica. Nesse sentido, analisar uma língua não é apenas assinalar o que ela significa mas primordialmente como ela significa.

d) Sincronia e Diacronia. A partir da obra de Saussure, a distinção entre sincronia e diacronia passa a integrar o conjunto dos elementos determinantes do ponto de vista estruturalista.

A língua pode ser considerada como um sistema que funciona num determinado momento do tempo (sincronia) ou então analisada na sua evolução (diacronia). Estudos diacrônicos consideram os fatos de língua na sua sucessão na linha do tempo, na sua mudança ou alteração de um momento para outro. Os estudos sincrônicos, por sua vez, consideram a língua num determinado momento como um sistema estável. Observa-se cada estado de língua, analisando-se o funcionamento da estrutura num único momento do tempo.

Essa dicotomia é de extrema importância pois separa os fatos internos de um sistema dos fatos externos de natureza histórica. Ao adotar o ponto de vista sincrônico, a Linguística reafirma que nenhum elemento de língua pode ser analisado como fato isolado. Dado que a sincronia se apresenta como uma relação entre elementos coexistentes, a análise visa à identificação do sistema ou estrutura da língua.

Com a adoção do ponto de vista sincrônico e o reconhecimento do princípio da estrutura, duas relações se apresentam como fundantes: a de oposição (diferença) e a de

identidade. “ Sincronicamente, isto é, no ato de *percepção*, a apreensão das significações é feita através da afirmação de descontinuidades: se a realidade, o mundo, o objeto do conhecimento, enfim, se apresentasse sob a forma de um *continuum* homogêneo, aos olhos do sujeito conhecente, esse objeto não teria nenhum sentido: a significação manifesta-se, pois, a partir da percepção de descontinuidades, ou desvios diferenciais”. (Lèvi-Strauss *apud* Lopes, 1976: 312)

Analisar uma língua, ou mais precisamente formas, sejam elas de expressão ou de conteúdo, é determinar através do método comparativo as diferenças, sob a ótica da identidade e da oposição. Analisar formas equivale, portanto, a apreender diferenças, isto é: apreender pelo menos dois objetos (palavras, termos, etc...) como simultaneamente dados (um elemento isolado não responde pela estrutura) sob o aspecto dos seus *parciais iguais* (operação de conjunção) e de seus *parciais diferentes* (operação de disjunção). Denomina-se relação o vínculo entre dois termos que se requerem mutuamente. Já a estrutura se define na presença de dois termos vinculados por uma relação (Lopes, 1975: 312).

A Linguagem

Decorre do que foi dito que a linguagem caracteriza-se fundamentalmente pela sua estrutura, fato que determina o método de abordá-la. Não se pode examinar uma linguagem ou afirmar sua existência a partir de signos isolados. De um lado, o signo se opõe a sua ausência; de outro, encontra-se em relação com signos análogos. A significação resultante da relação entre significantes, significados e signos permite que a linguagem exerça funções secundárias, como a de representação.

De um modo geral, portanto, reconhecer uma linguagem supõe determinar a combinação dos seus elementos constitutivos. A linguagem não se define, nesse sentido, pela realidade a que se refere. De fato, a linguagem se refere à realidade segundo a forma constitutiva que apresenta.

A Linguagem Documentária

De maneira geral, define-se linguagem documentária (LD) como uma linguagem construída, oposta à natural, portanto, que tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação. Atualmente as questões relativas a sua construção são tratadas pela Linguística Documentária e aquelas relativas ao seu uso encontram-se integradas às questões mais amplas relativas ao tratamento e à recuperação da informação, discutidas no âmbito da Análise Documentária (AD). Esta se apresenta como disciplina de natureza metodológica que propõe processos de tratamento e de transferência da informação.

Embora a definição, como a que foi acima proposta, de linguagem documentária não proponha problemas imediatos, ela sem dúvida suscita questões teóricas importantes e conseqüências práticas não menos relevantes.

É preciso notar, de início, que afirmar que alguns códigos de tratamento e de recuperação da informação se propõem como linguagens, indica reconhecer que tais processos se desenvolvem num universo simbólico. Tal universo supõe que a informação seja organizada para ser entendida como tal por sujeitos efetivamente constituídos. Longe da idéia de organização como fim em si mesmo, a linguagem documentária propõe a organização como forma de acesso que possibilite circulação efetiva da informação. Nessa perspectiva, o tratamento da informação envolve criação e agregação de valor a um conteúdo, respondendo pela socialização desse mesmo conteúdo, que passa, então, a ser entendido efetivamente como informação. Nesse sentido, a linguagem documentária é não apenas referência para organização mas também meio, de promoção de fluxos de várias ordens visando interlocução adequada.

Como linguagem, a LD compartilha das suas propriedades estruturais: compõe-se de unidades relacionadas, onde cada uma adquire significação face as demais; como linguagem construída, a LD se define como metalinguagem, isto é, uma linguagem que supõe a existência do conhecimento registrado -- de uma linguagem anterior-- reelaborando-o como informação. A LD não se define em relação ao acervo. Não se concebe uma LD para tratar conjuntos de registros mas sim para organizar conhecimento, seja ele científico ou não, de modo a pô-lo em circulação. A concepção global que rege a elaboração de uma LD engloba necessariamente a relação entre conhecimento e sujeito real, indivíduo que apresenta uma forma de dúvida, uma modalidade de necessidade informacional. É essa relação que determinará a forma da estrutura da LD. Entende-se por

essa via que a multiplicidade de LD's e as várias formas de tratamento de conjuntos de partida semelhantes constituem realidade inquestionável, a qual a AD deverá responder através da elaboração de linguagens de compatibilização.

A LD apresenta-se simultaneamente como estrutura e representação. Nesse sentido, a LD reconhece, de início, um valor do conhecimento - a necessidade de tê-lo da sociedade - e, a partir dele, outra necessidade - para a qual visa o estabelecimento de repostas adequadas - a de transformá-lo em informação, isto é, propô-lo numa organização intermediária capaz de fazer circular o conhecimento e, face às necessidades específicas de usuários, transferi-lo. Entende-se nesse contexto o porquê de se associar a informação -- e não exatamente o conhecimento -- à transformação. Apenas o conhecimento comunicado é informação. Em si mesmo o conhecimento é estoque. Já a informação é fluxo. O conhecimento começa por algum tipo de informação - o ato individual de recuperar o produto social - e se constitui através de formas variadas de tratamento em informação - do indivíduo para a sociedade. Dado o volume e a complexidade dos estoques de conhecimento, instala-se de maneira crescente a necessidade de formas intermediárias, condensadas, que garantam sua circulação eficiente. Para fazê-lo impõem-se formas alternativas de organização do conhecimento que atendam necessidades de segmentos cada vez mais específicos da sociedade. Se num dado momento, a organização global do conhecimento em categorias gerais de informação demonstrou ter um valor em si mesmo, atualmente persegue-se a utilização no limite da potencialidade da informação. Organizar informação para disseminá-la e transferi-la: os sistemas de informação devem organizar os recursos para garantir a sua utilização da forma mais produtiva, seu objetivo. É nesse contexto global da comunicação que se instala a AD.

Para isso, a AD propõe metodologias para organização da informação em categorias diferenciadas segundo formas de consumo variadas, para atender necessidades igualmente diversificadas de informação. Toda atividade de documentação trata em linhas gerais de compor organizações do conhecimento, que o represente e o resgate. É atividade de fundamental importância porque opera com formas próprias de socialização do conhecimento, na ausência das quais, compromete-se o acesso do indivíduo às informações que lhe permitem compreender melhor a si mesmo, ao mundo, que lhe permitem, enfim, se integrar à realidade. Nesse sentido, as operações técnicas de tratamento, de disseminação e de recuperação da informação estão sustentadas por intencionalidade, cuja ocultação apenas contribui, em muitos casos, para encobrir a função social, política e econômica da atividade.

Em resumo, portando, a LD é constituída a partir de hipóteses sobre a organização do conhecimento que dêem conta de determinada demanda de informação. Constituem variáveis para a elaboração da mesma: a instituição, a área de conhecimento em estoque, tipo de atividade e segmentos sociais envolvidos. Nesse sentido, a LD é uma linguagem construída a partir de hipóteses que transformam os estoques em fluxos, cuja fonte é uma instituição e a recepção é o sujeito efetivamente constituído.

Bibliografia

- BENVENISTE, E. *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- DUCROT, O., TODOROV, T. *Dictionnaire Encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.
- CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis/APB, 1994.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOPES, E. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1972.